



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



CUT BRASIL **CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

f /SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 5080 – 13 maio de 2015

Itaú Unibanco - Feito para usar você

A instituição teve lucro líquido recorrente de R\$ 5,808 bilhões no primeiro trimestre de 2015, crescimento de 28,2% em relação ao mesmo período do ano passado. A rentabilidade (retorno sobre o patrimônio líquido) atingiu 24,5% em março. Por outro lado, o maior banco privado do país manteve a política de cortes de postos de trabalho. Foram extintas 2.248 vagas entre março de 2014 e março de 2015. Só no primeiro trimestre do ano, o Itaú eliminou 419 empregos. E Petrópolis não ficou de fora, duas funcionárias da área operacional que trabalhavam no caixa, e que dedicaram anos de suas vidas servindo ao banco, foram demitidas no último mês.

“ Estas demissões nos deixam muito tristes, pois vemos os funcionários da base da pirâmide que vendem sua mão de obra para o banco, se dedicando ao máximo, deixando seus filhos pequenos e adoecidos em casa, se submetendo a todos os tipos de pressão e assédio, serem usados ao máximo de seu emocional e depois serem descartados sem nenhuma valorização e demonstração de humanidade”, declarou o diretor do sindicato e funcionário do banco, Conrado Klippel.

O banco não pensa em seus funcionários como seres humanos, e sim como máquinas que podem ser substituídas a qualquer momento, sem pensar nos danos que uma demissão pode causar na vida de uma pessoa. Os caixas que estão hoje sendo cobrados exaustivamente para bater metas, são na verdade aqueles que garantem seu próprio emprego, o do GO e o do GSO, através de seus esforços e dedicação, muitas vezes não reconhecidos e não valorizados. Vimos isto, quando são os caixas que garantem as viagens de seus superiores como prêmio por terem atingidos os objetivos do banco. É lamentável a forma de recompensa do banco, onde os que realmente fazem o resultado da agência, recebem como premiação mais metas, enquanto os que cobram ganham viagens para o exterior.



Justiça de SP registra uma denúncia de assédio moral a cada 12 horas

O Ministério Público do Trabalho da 2ª região de São Paulo recebeu 684 denúncias sobre assédio moral no trabalho em 2014, número três vezes maior do que o recebido em 2009 (213). Até março deste ano, já foram instaurados 191 procedimentos para investigação. De acordo com o órgão, o aumento do número de denúncias é devido ao maior conhecimento da atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) e à divulgação dos meios de comunicação.

O desembargador do TRT da 2ª região, Renato Sabino, afirma que as pessoas buscam cada vez mais reparações pelos danos sofridos. "O aumento das denúncias reflete mais a vontade de ver uma reparação pelo assédio que sofreu. As pessoas não estão mais ficando quietas. Podem ficar quietas por um tempo, mas acabam buscando seus direitos depois."

Quando se trata de uma denúncia de assédio moral, o ônus é do trabalhador. Ou seja, ele é quem deve provar que a situação existiu. Isso pode parecer difícil no primeiro momento, principalmente quando não há testemunhas que possam contribuir no caso, mas não é impossível. Se esse assédio acontece em encontros ou conversas, o profissional deve fazer com que esses encontros sempre contem com um terceiro participante. É importante que o trabalhador possa ter registro e testemunho de um terceiro.

Senado discute terceirização na nesta quinta-feira

Assim que o PL 4330, da terceirização, passou na Câmara dos Deputados, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que promoveria muitas discussões naquela Casa a respeito do projeto que, se virar lei, permitirá a terceirização geral, ampla e irrestrita, até mesmo para as atividades-fim das empresas.

O primeiro desses debates já foi marcado: requerida por Calheiros, haverá uma sessão temática sobre o assunto no dia 14 de maio, durante a manhã. A assessoria do Senado ainda não tem informação sobre quem participa, mas explicou que podem ser convidados especialistas sobre o assunto. O aprofundamento das discussões sobre o tema também foi solicitado por integrantes do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, que se reuniram com Calheiros na última quinta-feira, dia 07/05. O movimento é integrado por centrais sindicais, acadêmicos e entidades de classe, como a Associação Latino Americana de Juizes do Trabalho (ALJT) e a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra).

Os representantes do Fórum disseram ao presidente do Senado que o projeto, agora no Senado (com o nome PLC 30/2015), além de não resolver a situação dos trabalhadores terceirizados, representa um processo de desconstrução dos direitos trabalhistas. E também pediram para participar da sessão temática.

Calheiros reforçou que o projeto será debatido detalhadamente no Senado. Enfatizou que a matéria passará pela análise de quatro comissões e não será votada de forma apressada. “Nosso propósito é contribuir com a regulamentação, mas colocaram coisas demais, virou um "liberou geral" em relação à regulamentação da atividade-fim. E aí o resultado é a precarização do trabalho, a diminuição dos salários. Temos que respeitar a “velha senhora”, que é a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Não dá para concordar com um novo modelo de desenvolvimento econômico do país baseado na retirada de direitos trabalhistas”, disse.